

Protocolo: 01765/2023
Processo:
Projeto:
Data Leitura: 20/04/2023
Data Arquivo: ___/___/___
Ass. Protocolo: _____

Tipo: **Indicação**
Autor: **Deputado Zé Teixeira**

Solicita, em caráter reiterativo, obras de extensão da rede de distribuição de água, do Distrito de Vila Vargas até Vila Sapé, no Município de Douradina, ou a perfuração de um poço artesiano para suprir as necessidades daquela comunidade.

INDICO à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor PEDRO CARAVINA, solicitando, em caráter reiterativo, obras de extensão da rede de distribuição de água, do Distrito de Vila Vargas até Vila Sapé, no Município de Douradina, ou a perfuração de um poço artesiano para suprir as necessidades daquela comunidade.

Plenário Deputado Júlio Maia, 20 de abril de 2023

Zé Teixeira
Deputado Estadual
PSDB

(076/2023)

JUSTIFICATIVA

Em maio de 2022, intercedemos pelo Vilarejo denominado Sapé, em Douradina, localidade em que os moradores ainda sofrem com a falta de água tratada e encanada em suas residências, sendo que na ocasião solicitamos obras de extensão da rede de água potável, desde o vizinho Distrito de Vila Vargas até a referida Vila.

Como até o momento as obras ainda não foram realizadas, bem como não obtivemos resposta a respeito da solicitação, o Vereador José Nivalcir Pinto Lima reiterou pelo atendimento, mediante a Indicação nº 012/2023, onde também expôs, na justificativa apresentada, sobre a necessidade em oferecer este serviço essencial e de qualidade aos moradores.

Caso não seja possível a extensão da rede de distribuição pretendia, o Vereador sugere e pede pela possibilidade de obras de perfuração de um poço artesiano na localidade de Vila Sapé, para que a carência do abastecimento seja suprida.

Cumpramos ressaltar os benefícios da água tratada para a melhor qualidade de vida da população, reduzindo os gastos pelo sistema público de saúde com o tratamento de endemias causadas pela ingestão de água não tratada, além de ser direito reconhecido pela ONU e atualmente objeto da PEC 6/2021, que inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais ao cidadão, fatos estes suficientes para a busca do atendimento a esta importante reivindicação.